

STJ00114010

CAROLINE POMJÉ

O DIREITO DE FAMÍLIA NO PROCESSO

UM ESTUDO SOBRE A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO
DISPOSITIVO EM SENTIDO MATERIAL E DO
PRINCÍPIO DA CONGRUÊNCIA EM AÇÕES DE
FAMÍLIA

Londrina/PR
2021


THOTH
EDITORA

**Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP)**



● Direitos de Publicação Editora Thoth.
Londrina/PR.
www.editorathoth.com.br
contato@editorathoth.com.br

Pomjé, Caroline.

O direito de família no processo: Um estudo sobre a aplicação do princípio dispositivo em sentido material e do princípio da congruência em ações de família. / Caroline Pomjé. — Londrina, PR: Thoth, 2021.

227 p.

Bibliografias: 197-217

ISBN 978-65-5959-214-2

1. Direito processual civil. 2. Princípio dispositivo. 3. Princípio da congruência. 4. Direito de família. I. Título.

CDD 341.46

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: Claudia Vanessa Bergamini

Editor chefe: Bruno Fuga

Coordenador de Produção Editorial: Thiago Caversan Antunes

Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur Bezerra de Souza Junior

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Processual Civil : 341.46

Conselho Editorial (Gestão 2021)

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Me. Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wunsch • Prof. Me. Ivan Martins Tristão • Prof. Me. Júlio Alves Caixêta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Prof. Dra. Marcia Cristina Xavier de Souza • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes • Prof. Dr. Zulmar Fachin

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

SUMÁRIO

SOBRE A AUTORA	7
APRESENTAÇÃO	13
AGRADECIMENTOS	15
PREFÁCIO	17
SIGLAS E ABREVIATURAS	19
INTRODUÇÃO	25
CAPÍTULO 1	
DIREITO DE FAMÍLIA E PROCESSO.....	33
1.1 Da relação entre o Direito de Família e o Direito Processual Civil: o caminho da constitucionalização	33
1.1.1 Da inicial vinculação e do gradual afastamento entre o direito material e o direito processual	34
1.1.2 Da necessária reaproximação entre o direito material e o direito processual.....	46
1.2 O Direito de Família na contemporaneidade: relações, interesses e direitos.....	58
1.2.1 Relações conjugais e relações parentais	58
1.2.2 Interesses de pessoas capazes e interesses de pessoas vulneráveis.....	68
1.2.3 Direitos patrimoniais e direitos existenciais	72
1.3 O Direito de Família no processo: aspectos fundamentais	80
1.3.1 Partes, causa de pedir e pedido: os elementos da ação.....	81
1.3.2 A iniciativa para a propositura da demanda e a correspondência entre o pedido e o concedido: princípio dispositivo em sentido material e princípio da congruência	91
1.3.3 Análise específica do princípio dispositivo em sentido material e do princípio da congruência nas ações de Direito de Família.....	101

CAPÍTULO 2

DA ATUAÇÃO DO ESTADO NO AMBIENTE FAMILIAR POR MEIO DO PROCESSO	109
2.1 Da pesquisa empírica realizada: técnicas e procedimentos.....	110
2.2 Da apresentação dos dados coletados	123
2.2.1 Apresentação quantitativa dos dados coletados	124
2.2.2 Apresentação estatística dos dados coletados.....	142
2.2.2.1 Associação entre a ocorrência de qualquer mudança nos elementos da ação e a modalidade de relação verificada.....	146
2.2.2.2 Associação entre a ocorrência de qualquer mudança nos elementos da ação e a modalidade de interesse presente no processo..	147
2.2.2.3 Associação entre a ocorrência de qualquer mudança nos elementos da ação e a modalidade de direito verificado no processo.....	148
2.2.2.4 Associação entre a ocorrência de mudança no pedido e a modalidade de relação verificada no processo.....	148
2.2.2.5 Associação entre a ocorrência de mudança no pedido e a modalidade de interesse presente no processo.....	149
2.2.2.6 Associação entre a ocorrência de mudança no pedido e a modalidade de direito verificado no processo.....	149
2.2.2.7 Associação entre a ocorrência de mudança na causa de pedir e a modalidade de relação verificada no processo.....	150
2.2.2.8 Associação entre a ocorrência de mudança na causa de pedir e a modalidade de interesse presente no processo.....	150
2.2.2.9 Associação entre a ocorrência de mudança na causa de pedir e a modalidade de direito verificado no processo.....	151
2.3 Discussão dos dados a partir das variáveis independentes	151
2.3.1 Quanto à modalidade de relação familiar: conjugalidades e parentalidades	151
2.3.2 Quanto ao sistema de proteção jurídica: capacidades e vulnerabilidades.....	155
2.3.3 Quanto à modalidade de direitos: existenciais e patrimoniais	156
2.4 Da elaboração de um arquétipo voltado à delimitação da atuação estatal nos processos de Direito de Família.....	160
2.4.1 Ações de alimentos	170
2.4.2 Ação de divórcio e ação de dissolução de união estável	176
2.4.3 Ação de guarda e ação de regulamentação de convivência	182
2.4.4 Ação de perda, suspensão ou reestabelecimento do poder fami-	

liar.....	185
2.4.5 Ação de partilha de bens	188
2.4.6 Ação de investigação de paternidade	189
CONCLUSÃO.....	191
REFERÊNCIAS.....	197
APÊNDICES.....	219